



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração em Apelação Cível nº 233115-1

Embargante: Município do Recife

Procurador: Filipe Leite Chaves

Embargado: Carlos Alberto de Oliveira Andrade

Advogado: Liliane Regina Vieira Lucas

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM RECURSO DE AGRAVO. IPTU. - LEI MUNICIPAL Nº 15.563/1991. - PROGRESSIVIDADE FISCAL DO IMPOSTO. PREVALÊNCIA DA ALÍQUOTA MÍNIMA ANTE O RECONHECIMENTO DA INCONSTITUCIONALIDADE DA PROGRESSIVIDADE. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC - EMBARGOS IMPROVIDOS - DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento imerso no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2 - Inocorrentes as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.

3 - Embargos conhecidos para fins de prequestionamento do disposto no art. 2º, 150, inc. II, art. 18 e 34, inc. VII, c, todos da CF, porém improvidos.

4- Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em Apelação Cível nº 233115-1, sendo embargante o Município do Recife e embargado Carlos Alberto de Oliveira Andrade.

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada no dia 21 / 03 / 2013, à unanimidade, em negar provimento aos Embargos, conforme relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 21/03/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator

05 - ED EM AC nº 233115-1

4



247
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração em Apelação Cível nº 233115-1

Embargante: Município do Recife

Procurador: Filipe Leite Chaves

Embargado: Carlos Alberto de Oliveira Andrade

Advogado: Liliane Regina Vieira Lucas

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão proferido em sede de Recurso de Agravo que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão ao reconhecer que a alíquota do IPTU a ser aplicada na hipótese é a mínima prevista na Lei Municipal nº 15.563/91, qual seja, 1% para imóveis não residenciais e 0,6% para os residenciais.

O recorrente sustentou, resumidamente, que a decisão guerreada, ao entender pela inconstitucionalidade da sistemática progressiva das alíquotas de IPTU instituída pela Lei Municipal nº 15.563/91, deveria aplicar a alíquota positivada na legislação tributária anterior, qual seja, de 1% (um por cento).

Acrescenta que a aplicação de alíquota prevista em lei anterior à declarada inconstitucional, o Judiciário rompe os limites de suas atribuições, invadindo esfera legislativa em violação ao Princípio da Separação dos Poderes (art. 2º da CF).

Alega mais que a decisão recorrida fere o disposto no art. 150, inc. II, art. 18 e 34, inc. VII, c, todos da CF, vez que inibe o exercício da competência tributária do Município e a própria autonomia municipal.

Ao final, requer sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios para o fim de suprir as omissões apontadas, prequestionando a matéria em foco.

É o relatório.

Recife, 21/03/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



248
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração em Apelação Cível nº 233115-1

Embargante: Município do Recife

Procurador: Filipe Leite Chaves

Embargado: Carlos Alberto de Oliveira Andrade

Advogado: Liliane Regina Vieira Lucas

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo dos recorrentes reside contra acórdão proferido em sede de Recurso de Agravo que, sob a óptica do embargante, incorreu em omissão ao reconhecer que a alíquota do IPTU a ser aplicada na hipótese é a mínima prevista na Lei Municipal nº 15.563/91, qual seja, 1% para imóveis não residenciais e 0,6% para os residenciais.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, uma natureza integrativa ou esclarecedora.

Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, todavia, não vislumbro qualquer obscuridade, contradição ou omissão a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se íntegro pelos seus próprios fundamentos.

A alegação de que não houve menção no julgado concernente aos argumentos ou dispositivos levantados pelo Embargante, tenho que não merece respaldo, uma vez que ficou expressamente esclarecido que esta questão já foi objeto de outras deliberações no âmbito desta Corte de Justiça, existindo orientação firmada no sentido de que nas hipóteses onde se reconhece a inconstitucionalidade da progressividade das alíquotas de IPTU deve ser aplicada a alíquota mínima prevista na Lei Municipal nº

249
8



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

15.563/91, qual seja, 1% para imóveis não residenciais e 0,6% para os residenciais.

Ademais, o Julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate, conforme se mencionou explicitamente no aresto embargado, já foi objeto de apreciação, embora de maneira desfavorável à parte, ora embargante, que de forma reiterada, trouxe questões nitidamente alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de reativar a discussão sobre matéria já decidida.

Se porventura almeja o embargante modificar o aresto hostilizado, pretendendo que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Sob tais argumentos, conheço o presente recurso para fins de prequestionamento, mas voto pelo seu improvimento.
É como voto.

Recife, 21/03/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator